Na Mídia

12/06/2025 | Valor Econômico

Judicialização ronda retomada do leilão de reserva de capacidade

Leilão de Reserva de Capacidade (LRCap) enfrentou uma série de desafios legais, que levaram a seu cancelamento

Robson Rodrigues | Fábio Couto,

O Leilão de Reserva de Capacidade (LRCap) enfrentou uma série de desafios legais que culminaram em seu cancelamento. A depender da decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre o chamado de “pass through”, que propõe excluir esse custo dos contratos das termelétricas e repassá-lo diretamente aos consumidores, fontes dizem que pode haver uma nova onda de judicialização.

A decisão de como desenhar o leilão cabe ao poder concedente, a União, na figura do Ministério de Minas e Energia. Entretanto, empresas e representantes setoriais ouvidos pelo Valor não dizem claramente se aceitarão a decisão final ou se buscarão a justiça. A TAG, companhia controlada pela Engie e CDPQ que atua em transporte de gás natural, diz que uma decisão sobre isso será tomada via ATGás, associação que representa as associações do setor.

Já a ATgás diz que continuará empenhando seus esforços para dar transparência às questões em debate, dentro do arcabouço regulatório vigente. No entanto, não deixa claro qual será sua posição caso a decisão do MME contrarie os interesses de suas associadas. A Eneva, por sua vez, entende que há "fragilidade jurídica" ao criar este encargo para o consumidor de energia elétrica, mas não antecipa os futuros movimentos.

Henrique Reis, sócio da área de energia e regulatório do Demarest, lembra que, nos leilões de geração, os custos fixos devem ser considerados pelo gerador na receita fixa ofertada no lance, não havendo histórico de previsão de repasse direto ("pass through") desses ao preço dos contratos. Ele, no entanto, faz ressalvas.

"A discussão atual sobre o 'pass through' do custo de transporte de gás é recente e inédita, o que naturalmente gera reações no mercado por potencialmente dar maior competitividade a certos empreendedores. No entanto, é cedo para prever judicialização, pois ainda se aguarda a minuta da portaria e a realização de consulta pública, onde o tema será debatido antes da definição final do formato do leilão".

O governo prevê consulta pública para leilão ainda neste mês para reavaliar as diretrizes. A judicialização do leilão foi o que levou o ministério a cancelar o certame. A Eneva foi uma das empresas que buscou a Justiça. Térmicas a óleo também questionaram os custos.

De acordo com Felipe Furcolin, sócio do escritório Furcolin Mitidieri Advogados, aqueles que defendem o "pass through" argumentam que o fornecimento de gás e a geração de energia devem ser avaliados de forma mais independente, sendo um mecanismo para garantir a remuneração adequada da infraestrutura de transporte de gás, o que, no médio prazo, beneficiaria o próprio suprimento energético.

"No cerne da discussão, está a escolha do governo entre priorizar a eficiência concorrencial imediata no leilão ou utilizar o certame como instrumento para fomentar o desenvolvimento estrutural de longo prazo do setor energético".

Fontes ouvidas pela reportagem avaliam que há possibilidade de dividir o leilão em dois "produtos" distintos — ou seja, em dois tipos de oferta: um com usinas que repassam o custo do gás ("pass through") diretamente aos consumidores, e outro com usinas que operam na "boca do poço", sem necessidade da malha ou com GNL sem depender da infraestrutura de transporte.

Para especialistas, o debate sobre a cadeia de pagadores do gás natural é essencial e precisa ser enfrentado pelo país. No entanto, essa discussão exige ampla participação e tempo, dois elementos escassos no atual contexto, em que o leilão já se encontra atrasado e a margem de operação do ONS se reduz a cada dia.

O que está em jogo é a recontratação de um parque termelétrico de quase 10 gigawatts (GW) que não fica de pé sem esses contratos. E é pouco plausível para especialistas imaginar que o Brasil possa abrir mão dessa infraestrutura, fundamental para garantir a segurança do suprimento energético.

Diogo Lisbona, pesquisador do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura , FGV-CERI, lembra que uma quantidade grande de térmicas existentes conectadas à malha de transporte de gás enfrenta o término dos contratos e a recontratação suscitou dúvidas de como esses empreendimentos vão contratar a malha. Por outro lado, ele lembra que a expansão de usinas ocorreu nos últimos anos fora da malha de gasodutos, buscando um gás flexível.

“A competição se dá entre novos projetos, que podem ser mais competitivos estando fora da malha, e com térmicas que estão na malha. Há um contingente grande de térmicas que estão com contratos vencidos e é importante contratá-las. Pensar que essa demanda toda vai depender da disponibilidade dos gasodutos, e só vai pagar quando usar, significa que há um subsídio cruzado com outros consumidores de gás que vão ter que suportar essa incerteza da utilização”, afirma.

Já Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), afirma que repassar ao consumidor de energia elétrica o custo da infraestrutura de gasodutos configura “subsídio dos mais atravessados”. Segundo ele, “o grupo interessado em construir o gasoduto — que é o mesmo ligado às térmicas da Eletrobras — sequer conseguiu viabilizar as usinas que justificariam essa infraestrutura. E agora querem incluir esse custo no leilão de reserva”.

Procurada, a Abraget, associação das geradoras termelétricas, evita tomar partido, já que tem associados com geradores na malha e fora da malha de transporte, mas reforça que o leilão deve ocorrer o mais rápido possível, tendo em vista os requisitos de confiabilidade eletroenergética do Sistema Interligado Nacional (SIN).